

# A sociologia do presidente

23 JAN 1995

FÁBIO WANDERLEY REIS \*

Depois de experimentar a longa proeminência dos bacharéis e, mais recentemente, os economistas-czares, vivemos agora o fato inédito da chegada ao poder de um sociólogo. Há poucas dúvidas de que temos boas razões de otimismo ao inaugurar-se este novo governo, entre as quais se destacam as qualidades da liderança pessoal que Fernando Henrique Cardoso representa. Mas qual a importância de sua obra sociológica? Nas circunstâncias de hoje, quando ele se tornou o presidente da República, o silêncio a respeito é surpreendente; mas o silêncio não é de hoje, neste país sem debate intelectual real. Vale tentar rompê-lo, mesmo na pressa de um artigo de jornal.

Certa dimensão da obra do sociólogo-presidente tem menor interesse público, correspondendo a trabalhos mais "acadêmicos". Tais trabalhos têm orientação historiográfica, por exemplo; ou, em outros casos, metodológica. Embora um belo esforço de historiografia interpretativa possa ser apontado entre eles (a tese de doutorado defendida na USP, publicada sob o título de *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*), o aspecto metodológico da sociologia presidencial é seguramente o mais deficiente e datado. Trata-se, em geral, de estéril contorcionismo intelectual (fatalmente inconsistente, ao cabo) posto em prática em nome da dialética marxista como abordagem supostamente especial no estudo dos fenômenos sociais. Esse contorcionismo se encontra não apenas em textos de juventude (como a introdução ao volume mencionado, que pode ser esquecida na leitura dos demais capítulos), mas mesmo em tentativas de reflexão metodológica já da maturidade, merecendo destaque, como exemplo negativo, um conhecido ensaio sobre "Classes sociais e história", apresentado em simpósio ocorrido no México em 1973. Tudo somado, a "metodologia" do presidente sem dúvida contribuiu para que se cristalizassem, na sociologia e na ciência política do país, certas duradouras confusões que ainda hoje custam caro ao esforço de formar adequadamente nossos cientistas sociais.

Muito mais ricos são os trabalhos referidos a questões substantivas da atualidade brasileira e mundial. Creio que tais trabalhos poderiam ser agrupados em duas grandes categorias. Na primeira figuram temas do Brasil contemporâneo, destacando-se certa sociologia do empresariado brasileiro e importantes contribuições à análise do regime autoritário implantado em 1964. Com o mérito de procurarem levantar e processar sistematicamente dados empíricos, os estudos sobre o empresariado dão realce, entre outras coisas, à idéia de certa passividade e dependência dos empresários perante o Estado, sua carência de "vocaçã política hegemônica". Tal perspectiva (que estudos empíricos posteriores, como os realizados por Renato Boschi, vieram matizar) mostra-se relevante para a avaliação que FHC viria a fazer, mais tarde, do papel dos empresários no processo democrático.

A meu juízo, um ponto crucial consiste, aqui, na discutível tese (a ser encontrada em artigo publicado em 1983) da necessidade de criação de um partido por meio do qual o empresariado viesse a afirmar-se autonomamente e a poder chegar ao controle do Estado pela via eleitoral. A tese se mostra discutível sobretudo diante da experiência dos países europeus de maior tradição de estabilidade democrática,

onde o arranjo mais típico envolve o prolongado controle do aparelho do Estado por partidos *populares* (e não "burgueses" ou empresariais), combinado com a garantia do acesso empresarial ao Estado através de mecanismos de tipo informal e corporativo — acesso este que se pode ver como inerente ao capitalismo como tal e que vem justamente compensar a inviabilidade eleitoral "normal" dos setores empresariais e da "direita" em geral. Esse arranjo seria característico, em particular, do "neocorporativismo" intimamente ligado às socialdemocracias europeias, nas quais o PSDB do próprio Fernando Henrique teria, presume-se, sua inspiração principal. Diante do observado na eleição presidencial de 1994, cabe indagar se o PSDB pretenderá ele próprio representar o foco de uma nova socialdemocracia de bases eleitorais à direita; mas dificilmente se poderia dizer que se trata, com ele, da afirmação eleitoral "autônoma" do empresariado.

As argutas análises do regime autoritário de 1964 são provavelmente o ponto alto da obra intelectual do presidente. O reconhecimento das consequências inovadoras e economicamente "revolucionárias" do regime; diagnósticos como o do condomínio estabelecido entre corporação multinacional, grande empresa privada e burocracia pública; a idéia dos "anéis burocráticos", em que se articulariam as estruturas burocráticas pública e privada — têm-se aí alguns motes freqüentemente retomados na literatura latino-americana e mundial sobre a onda recente de autoritarismo político. Essas análises se ligam à segunda categoria de trabalhos sobre a atualidade acima anunciada, categoria esta onde se situa a parte da produção intelectual de FHC que seguramente maior peso teve em seu êxito internacional: sua contribuição àquilo que se tornou conhecido como a "teoria da dependência", exposta sobretudo em livro escrito em fins da década de 60, no Chile, em parceria com Enzo Faletto.

A teoria da dependência é uma espécie de *aggiornamento* das velhas idéias do marxismo-leninismo sobre o imperialismo. Ela tem em mira as transformações ocorridas em décadas recentes no capitalismo mundial, com a internacionalização do capitalismo industrial e sua extensa penetração nos países periféricos (a célebre "internacionalização do mercado interno"), e indaga sobre as formas de articulação entre Estados nacionais, de um lado, e relações de classes nos planos nacional e internacional, de outro. Trazendo muitas observações factuais de interesse quanto a tais questões, os trabalhos de FHC a respeito, como os de outros formuladores da teoria, não escapam de uma deficiência decisiva. Trata-se de que, dada a baixa estima em que o tema nacional é tido na tradição marxista, os aspectos da temática geral que se referem à *nação* como tal (os aspectos culturais e de psicologia social que situam problemas de *identidade* coletiva e cuja importância é dramatizada atualmente com o vigor manifestado pelos irredentismos étnicos e fundamentalismos religiosos e com o ressurgimento de certo nacionalismo fascistoide mesmo na Europa ocidental) são inteiramente omitidos nas análises feitas. Eles entram pela porta dos fundos, contudo, no próprio rótulo de "dependência" que dá nome à teoria, o qual postula o *valor* (supostamente negado pela situação de dependência) da afirmação autônoma das identidades coletivas nacionais — se não houver identidade não há por que (nem como) haver autonomia.

Temos, portanto, com a teoria da dependência, mesmo na versão comparativamente sofisticada de FHC, uma curiosa inversão daquilo que caberia desejar. No plano prático seria necessário: 1. evitar o irracionalismo ao menos potencial de qualquer nacionalismo (de maneira aparentemente afim à crítica feita à teoria por Francisco Weffort há muito anos, embora a preocupação de Weffort fosse antes ortodoxa, denunciando a contaminação da perspectiva analítica pela introdução sub-reptícia do tema espúrio da *nação*); 2. dissociar com clareza (sobretudo diante da "globalização" em que se desdobram presentemente as tendências destacadas pela própria teoria) os problemas de identidade pessoal e coletiva, que em princípio se resolvem no plano da cultura, dos problemas relativos à inserção mais ou menos bem-sucedida dos países na dinâmica econômica planetária, com suas conseqüências quanto às oportunidades materiais de vida criadas para as populações — em nosso caso, para a generalidade dos brasileiros, sobretudo a massa popular destituída.

Mas, ao silenciar a respeito das complicações que a articulação dos diferentes aspectos do tema geral envolve e que exigiram esclarecimento (primeiro passo da inversão indicada), o que faz a teoria (segundo passo) e antes favorecer, na prática (e contra os reclamos explícitos de FHC), o nacionalismo dos economicamente "dependentes". Com isso, ela termina por vincular, tal como se dava no movimento nacionalista brasileiro dos anos 50, a afirmação autêntica da nacionalidade (e, no limite, o próprio sentido da dignidade nacional) a certo ideal equivocado de autonomia econômica dos países. Expõe-se, ao mesmo tempo, a uma pergunta difícil, que lhe pode ser feita tanto na perspectiva da velha crítica ao nacionalismo martelada por um Roberto Campos quanto numa perspectiva radical de esquerda: do ponto de vista das oportunidades vitais que se abrem (ou fecham...) para o brasileiro pobre, qual a importância real de que o sobrenome do capitalista que se dispõe a empregá-lo seja Silva, Jones ou Schmid? Tudo isso sem falar das espinhosas dificuldades trazidas à teoria da dependência pela questão do socialismo agora em crise, mas no qual ela sem dúvida apostava. Que dizer, por exemplo, das assimetrias existentes nas relações entre os países do extinto bloco socialista? Aplica-se a elas a teoria da dependência? Dirigindo tal pergunta a Fernando Henrique Cardoso, em evento ocorrido no Chile em 1970 e protagonizado conjuntamente por ele e por Manuel Castells (um dos convidados internacionais ao recente seminário de Brasília), lembro do embaraço com que vimos os dois expositores saltarem para responder simultaneamente — um, que sim, a teoria se aplicava, o outro, que não, a teoria não se aplicava, seguindo-se engastados remendos de parte a parte.

De qualquer forma, nosso presidente, como sociólogo, tem, como todo mundo, seus altos e baixos. Esperemos que, como presidente, nosso sociólogo venha também a justificar, em consonância com o otimismo das expectativas suscitadas por seu governo, a avaliação que, ao cabo, sua obra sociológica provavelmente justifica: os altos são maiores (mais numerosos, mais férteis) do que os baixos.